

O funcionamento do discurso de testemunho: relato de um percurso de pesquisa

The Functioning of Testimonial Discourse: A Report on a Research Trajectory

Agnaldo Almeida

Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG) | Campina Grande | PB | BR
agnaldo.almeida@professor.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-5893-1372>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo expor o percurso de pesquisa que temos realizado sobre a noção de testemunho no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso (materialista). Para tanto, inicialmente, retomamos alguns postulados teóricos da AD, como as noções de discurso, de interpretação, de ideologia etc. Em seguida, junto a Mariani (2016, 2021, 2023), produzimos um breve gesto de leitura da noção de testemunho, atrelando-a às de resistência e revolta, aqui entendidas como efeitos discursivos. À medida que a exposição teórica é realizada, para fins de análise, tomamos como corpus os testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017). Esta reflexão aponta para a importância da continuidade da análise do testemunho em sua espessura discursiva, isto é, linguístico-histórica.

Palavras-chave: análise de discurso; discurso de testemunho; revolta; resistência; trauma.

Abstract: This article aims to expose the research path we have carried out on the notion of testimony in the theoretical-methodological framework of Discourse Analysis (materialist). To this end, initially, we revisit some theoretical postulates of AD, such as the notions of discourse, interpretation, ideology, etc. Then, next to Mariani (2016, 2021, 2023), we produce a brief gesture of reading the notion of testimony, linking it to those of resistance and revolt, here understood as discursive effects. As the theoretical exposition is carried out, for



analysis purposes, we take as corpus the testimony of Primo Levi, survivor of the Holocaust (1941-1945), in *É isto um homem?* (1947) and *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); and Frei Betto, imprisoned during the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), in *Cartas da prisão* (2017). This reflection points to the importance of continuing the analysis of testimony in its discursive form: linguistic-historical.

Keywords: discourse analysis; testimonial speech; revolt; resistance; trauma.

1 Gesto de abertura

Em junho de 1979, ao formular uma circular para o *Colóquio materialidades discursivas*, realizado em Nanterre/França, em 24, 25 e 26 de abril de 1980, a si e aos demais participantes (historiadores, linguistas, psicanalistas, sociólogos), Michel Pêcheux ([1979] 2016a, p. 18),¹ precursor da Análise de Discurso (materialista) – doravante AD – naquele país, lança, junto a outras, a seguinte questão: “Por que existe tanta dificuldade de pensar a ligação entre resistência/revolta e discursividade?”. Uma década depois, ao filiar-se ao pensamento de Pêcheux e territorializar a AD no Brasil, Eni Orlandi questiona-se(-nos):

Que escuta o analista deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência? (Orlandi, [1990] 2009, p. 59).

Essas inquietantes e potentes questões, formuladas por dois eminentes teóricos dessa disciplina, constituirão o fio condutor do presente texto. Sem buscar a produção de um efeito de exaustividade e/ou de completude em relação à descrição e à análise das materialidades discursivas a que temos nos dedicados nos últimos anos: o discurso de testemunho, é nosso objetivo refletir sobre o seu funcionamento, tomando-o em sua forma material, isto é, linguístico-histórica, produzido em determinadas condições sócio-históricas e político-ideológicas. O discurso de testemunho, como procuraremos mostrar, vem sendo pensado, por nós, em sua relação com os efeitos de sentido de resistência e/ou de revolta.

Nossas reflexões sobre o funcionamento do discurso de testemunho tiveram início quando da residência pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (PosLin/UFMG), entre fevereiro de 2023 e janeiro de

¹ Considerando a historicidade do texto, isto é, como ele se inscreve na história para significar-se, quando consultadas edições posteriores à primeira, a data delas será precedida, entre colchetes, da data de publicação original (e na língua original, em caso de traduções).

2024, sob supervisão da Profa. Dra. Glaucia Muniz P. Lara. Naquele momento, foi desenvolvido o projeto *Sentidos da resistência: o discurso testemunhal no espaço digital*, pesquisa circunscrita ao projeto de cooperação internacional e interinstitucional *Témoignage et discours de résistance: un point de vue multidisciplinaire, au croisement des sciences du langage / Testemunho e discursos de resistência: um olhar multidisciplinar no cruzamento das ciências da linguagem*, liderado pelas Profas. Dras. Glaucia Muniz P. Lara, do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG (Brasil), e Béatrice Turpin, do Centro de Pesquisa LT2D (Léxico, Textos, Discursos, Dicionários), da Universidade de Cergy-Pontoise (França). Atualmente, enquanto docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG), está em curso o projeto de pesquisa *Materialidades discursivas da resistência e da revolta no (in)dizível de acontecimentos traumáticos pelo testemunho*.

Para tratar desse percurso, além desta seção introdutória, este texto é composto pela seção 2, intitulada “Breves notas sobre a Análise de Discurso”, na qual retomaremos algumas noções do dispositivo teórico da AD, como as de discurso, interpretação, ideologia, resistência e revolta etc.; pela seção 3, “Da teoria à análise do funcionamento do discurso de testemunho”, momento no qual apresentaremos a formulação teórica de (discurso de) testemunho, a partir dos trabalhos de Bethania Mariani (2016, 2021, 2023), e, isocronicamente, teceremos breves gestos de leitura de testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de uma carta de Frei Betto, escrita enquanto ele encontrava-se encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e, posteriormente, publicada em *Cartas da prisão* (2017); e pela seção 4, “Em busca de um efeito de fechamento”, quando reafirmaremos a importância, cada vez mais patente, da análise e, conseqüentemente, da compreensão do processo de significação dos discursos de testemunho: gestos de resistência e revolta produzidos, pela língua(gem), para (re/des)significar um trauma.

2 Breves notas sobre a Análise de Discurso

Desde a sua fundação no final da década de 1960, a AD, pela via da língua(gem) em funcionamento, busca compreender os gestos de interpretação/leitura e os efeitos de sentido produzidos *por/para/entre* sujeitos inscritos em dadas condições sócio-históricas e político-ideológicas de produção do discurso. Objeto linguístico-histórico, o discurso, como bem o define Pêcheux, é efeito de sentido entre locutores (Pêcheux, [1975] 2009a, [1969] 2010a); é estrutura e acontecimento (Pêcheux, [1983] 2012). Em outras palavras, o discurso, uma das instâncias de mediação do sujeito com a língua(gem) e o sentido, a língua(gem) e a ideologia, textualiza-se em diferentes materialidades significantes (o verbal, a fotografia, a pintura, a dança etc.), que se inscrevem nas condições históricas para significar.

Um dos principais pressupostos teóricos da AD é o de que, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretá-lo, significá-lo (O que x quer dizer?). Entendida como um gesto, um ato no nível simbólico (Orlandi, [1996] 2012a; Pêcheux, 2010a), a interpretação aparece ao sujeito, todavia, como um sentido já lá, evidente, pois a ideologia produz o efeito de naturalização do sentido (X só pode significar isso). A AD, nessa perspectiva, não procura “desvendar” um sentido “verdadeiro”, ou mesmo “interpretar” (atribuir um sentido x) um texto, mas atingir o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.

A ideologia, afirma Orlandi ([2001] 2012a, p. 31), “é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história e seus mecanismos imaginários”. Ao dizer(-se), portanto, o sujeito se inscreve em redes de sentidos estabelecidas no/pelo interdiscurso, o qual se define pela “estratificação de enunciados já feitos e esquecidos que constituem nossa memória de dizer”, atravessada pelo imaginário e estruturada pelo esquecimento (Orlandi, 2017, p. 24).

Como a ideologia (re)produz o efeito de naturalização e estabilização de sentidos, por ser um ritual com falhas (Pêcheux, [1983] 2012), ao formular um dizer, há sempre a possibilidade de o sujeito promover deslizamentos e derivas de um sentido para outros (possíveis em dadas conjunturas), o que nos aponta para a noção de efeito metafórico (Pêcheux, [1975] 2009a). Isto porque a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (Pêcheux, [1983] 2010b).

Os discursos são repetidos síncrona e diacronicamente. Porém, a repetição não é “termo a termo” ou “ao pé da letra”. Ela, ao mesmo tempo em que retoma *o mesmo*, abre-se para *o diferente*: “a noção de repetição permite pensar: o retorno do mesmo, mas que, justamente pelo fato de retornar em outro lugar e um outro tempo, é outro”, dizem Courtine e Marandin ([1980] 2016, p. 46). Exemplo disso é o enunciado “Deus, pátria, família” da Ação Integralista Brasileira, criada na década de 1930 pelo *Manifesto de Outubro de 1932*, que é retomado pela extrema-direita no século XXI como “Deus, pátria, família e liberdade”. Nas paráfrases discursivas, sentidos se mantêm, mas também podem se deslocar.

Ao considerar que o discurso (e o texto) relaciona-se constitutivamente com outros discursos (e outros textos), que lhes são anteriores, posteriores ou possíveis de serem formulados, o analista de discurso, mediado pela teoria, coloca “[...] o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (Orlandi, [1990] 2009, p. 59).

Sendo assim, nas brechas e falhas do processo de interpelação do sujeito pela ideologia (Pêcheux, [1975] 2009a), é possível a produção do efeito de resistência e/ou revolta. A resistência e a revolta podem ser entendidas, pois, como “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (Pêcheux, [1983] 2009b, p. 278). E a possibilidade de revolta se sustenta “na existência de uma divisão do sujeito, inscrito no simbólico” (Pêcheux, [1984] 2014, p. 18).

Dessa forma, o gesto de interpretação é necessário “porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (Orlandi, [1996] 2012a, p. 18). O sujeito, assim, tanto pode (re)produzir dizeres e saberes próprios da formação discursiva e ideológica com a qual se identifica, como promover deslizamentos, deslocamentos, rupturas: revoltar-se e resistir aos sentidos no/pelo discurso, pela linguagem, pelo silêncio (Guilhaumou; Maldidier, [1980] 2016; Orlandi, [1992] 2007).

Fatos de discurso, gestos de interpretação, a resistência e a revolta são efeitos de sentido. Efeitos em *relação a* outros sentidos em tensão, disputa, embate ou mesmo guerra, em determinada conjuntura sócio-histórica e político-ideológica. Nas brechas e falhas do funcionamento da(s) ideologia(s) dominante(s), uma das formas de existência da resistência e da revolta é a de desestabilizar, questionar, desafiar ou opor-se a determinados discursos significados como opressivos e injustos. Constituem, assim, (contra)discursos a sentidos hegemonicamente naturalizados, geralmente pelo Estado, por instituições como a igreja, a escola, a mídia etc., ou ainda por um grupo a outro(s) de sujeitos. Retomando os trabalhos de Michel Foucault sobre as relações entre o poder e a resistência, Pêcheux ([1978] 2009b, p. 281) adverte que “não há dominação sem resistência” e, por isso, “é preciso ‘ousar se revoltar’”.

3 Da teoria à análise do funcionamento do discurso de testemunho

Conduzidos pelos pressupostos teóricos acima arrolados sobre as noções de discurso, ideologia, interpretação, resistência, revolta etc., nesta seção, de modo breve e exploratório, apresentaremos a noção de *testemunho*, tal como ela vem sendo formulada em diferentes áreas do conhecimento e, especialmente, na Análise de Discurso de orientação materialista, espaço teórico no qual nosso trabalho se inscreve. A exposição teórica será acompanhada de alguns, também breves e exploratórios, gestos analíticos de testemunho de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017).

Ao recortar o testemunho como objeto de reflexão, em nossos trabalhos (Almeida, 2023a, 2023b), temos buscado (re)discutir as noções de resistência e revolta no quadro teórico da AD; ampliar a teorização da noção de testemunho, em interface com as de gesto de interpretação, memorizável, posição-sujeito, autoria, memória discursiva, acontecimento, grão de enunciação, trauma, argumentação etc.; analisar como os sujeitos, ao ocuparem a posição de sobreviventes de acontecimentos traumáticos, significam-nos e (res/des)significam a si mesmos, tendo em conta as possíveis tensões e contradições de seu discurso face ao do Estado, da mídia, de outras instituições, de outros (grupos de) sujeitos; averiguar como os sujeitos, da posição de sobreviventes de acontecimentos traumáticos, trabalham a (im)possibilidade de tudo dizer e de tudo lembrar, pelas diferentes materialidades significantes (verbal e não verbal) em dadas condições do memorizável; e, por fim, analisar, considerando a abertura do simbólico e o equívoco – falha da língua inscrita na história –, os deslizamentos de sentido, os lapsos, as ambiguidades e a política do silêncio que podem atravessar o discurso de testemunho.

Para tanto, temos mobilizado a noção de arquivo, trabalhada por Pêcheux ([1982] 2010c, p. 51) como “o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, que pode estar relacionada a acontecimentos históricos como a Ditadura Militar e o Holocausto, assim como em relação a um tema, como o discurso feminista no século XX no Brasil. À definição de Pêcheux, Mariani (2001, p. 101) acrescenta que o arquivo é “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerado em termos do seu funcionamento discursivo”, do qual “é possível depreender a discursividade (ou seja, a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história) que rege as configurações de enunciados múltiplos e dis-

persos”. Por esse motivo, ele nunca é dado *a priori*, precisa ser construído, e seu funcionamento é opaco, como bem afirmam Guilhaumou e Maldidier ([1986] 2010).

Em relação ao testemunho, sobretudo a narrativa de sobreviventes (Robin, [2003] 2016), um levantamento bibliográfico não exaustivo mostra-nos que ele tem recebido múltiplas teorizações e análises em campos do conhecimento como a História e a Filosofia (Agamben, [1998] 2008; Gagnebin, 2009; Pierron, [2006] 2010; Ricœur, [2000] 2007), a Psicanálise (Conte, 2014; Felman; Laub, 1992; Laub, 1995), a Sociologia (Pollak, 1989) e a Teoria Literária (Ginzburg, 2008; Hartman, [1994] 2000; Salgueiro, 2011, 2012, 2018; Seligmann-Silva, 2000, 2003, 2005, 2022).

Giorgio Agamben, em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, tece uma fina análise do testemunho de sobreviventes ao Holocausto, destacando o seu caráter lacunar, o sentimento de culpa dos sobreviventes, a relação entre o dizível e o indizível etc. Para ele,

O testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho (Agamben, [1998] 2008, p. 146).

Às questões postas por Agamben, da (im)potência e da (im)possibilidade do dizer(-se), podem ser acrescentadas as reflexões de Paul Ricœur ([2000] 2007), que dedica algumas páginas do livro *A memória, a história, o esquecimento* ao testemunho. Para o autor,

O testemunho tem várias utilidades: o arquivamento em vista da consulta por historiadores é somente uma delas, para além da prática do testemunho na vida cotidiana e paralelamente a seu uso judicial sancionado pela sentença de um tribunal. Além disso, no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ela ressurgir no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagem. Mais que isso, sob certas formas contemporâneas de depoimento suscitadas pelas atrocidades em massa no século XX, ele resiste não somente à explicação e à representação, mas até à colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa (Ricœur, [2000] 2007, p. 170).

No trecho acima, o autor distingue o “uso judiciário” do “uso historiográfico” do testemunho. Para ele, a fórmula típica do testemunho é: *eu estava lá*. Em suas palavras: “um triplo dêitico pontua a autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção ao lá em relação ao aqui” (Ricœur, [2000] 2007, p. 172-173). A testemunha se projeta na posição-sujeito de testemunha para narrar aquilo que viveu, em um só-depois.

As premissas de Agamben e Ricœur são, comumente, retomadas e discutidas no/pelo campo dos estudos literários ao analisar os textos de teor testemunhal. No Brasil, são representativos os trabalhos de pesquisadores como Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005, 2022) e Wilberth Salgueiro (2011, 2012, 2018).

Para o primeiro, a literatura de testemunho é “uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofe” (Seligmann-Silva, 2003, p. 373) e, mais recentemente, na “era do trauma”. A noção de testemunho, de acordo com o autor, tornou-se, nas últimas décadas, uma

peça central na Teoria Literária por sua “capacidade de responder às novas questões postas por várias áreas de pesquisa, com destaque para os estudos coloniais”, destacando que o tema do testemunho não se limita aos estudos literários e “tem sido analisado com relação às artes visuais, incluindo o cinema” (Seligmann-Silva, 2002, p. 132-133).

Também adotando a literatura como objeto de análise, Salgueiro (2011, 2012, 2018) dedica-se ao estudo do que denomina “poesia de testemunho”, isto é, a produção poética de cunho testemunhal que tematiza/reflete sobre alguma situação traumática ou catastrófica, individual ou coletiva, e de “testemunho solidário”, cujo registro não se atém àqueles que viveram e sobreviveram (a) o acontecimento histórico, mas a todos que, de algum modo, retomam uma situação de conflito, de opressão, de violência, como as inúmeras catástrofes cotidianas que atingem as pessoas de maneira incessante na vida diária: fome, miséria, assaltos, estupros, sequestros, assassinatos, genocídios, trabalho infantil, repressão sexual, machismo, feminicídio, racismo etc. Salgueiro postula, ainda, que há inúmeras modalidades de testemunho, em relação “a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.)” e “a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.)” (Salgueiro, 2012, p. 286).

Essas formulações, de diferentes campos do saber, compõem o ponto de partida para a nossa discussão da noção de testemunho no âmbito da AD, de orientação materialista, como o faz Mariani (2016, 2021, 2023), que, trabalhando (n) o entremeio da AD e da Psicanálise, assume a posição de que o testemunho são “dizeres que se configuram como necessários e emergenciais, urgentes para sujeitos afetados em suas vidas por uma violência imposta” (Mariani, 2021, p. 20). Visando *formular um memorável*, os testemunhos são, pois, “tentativas de construir bordas simbólicas para o real, sem, contudo, poder dizê-lo totalmente” (Mariani, 2021, p. 105).

Indo além da concepção religiosa e jurídica do testemunho, ressaltamos que trabalhamos -lo em sua materialidade discursiva (Pêcheux, [1979] 2016a, [1980] 2016b), isto é, linguístico-histórica, demanda-nos considerar: a (im)possibilidade de o sujeito (se) dizer (n) o (in)dizível de um acontecimento traumático ou de uma violência perpetrada pelo Estado ou por outros sujeitos; a (im)possibilidade de produção de gestos de revolta e/ou de resistência ao negacionismo, ao silenciamento, à invisibilidade e às inúmeras situações cotidianas de opressão e vulnerabilidade que atingem, traumática e incessantemente, diferentes (grupos de) sujeitos. O memorável do testemunho *esbarra-se* com o encontro do real da língua e o da história (Gadet; Pêcheux, [1981] 2010; Mariani, 2017; Orlandi, 2017), abrindo-se ao equívoco, ponto “onde o impossível da língua se encontra com a contradição da história” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 87).

Situando-se no campo da Psicanálise, Ana Maria Rudge (2009, p. 57) defende que o esbarão com o real tem a importante função de “romper com uma situação na qual o eu se reconhecia” e, como tal, um acontecimento traumático “impulsiona para a mudança, porque a desestruturação que promove na tessitura simbólica e imaginária do eu empurra o sujeito para um novo arranjo em que a construção de uma narrativa tem um papel fundamental”.

Da perspectiva discursiva, que é a nossa, questionamo-nos: o acontecimento traumático pode fazer com que o sujeito se reconheça em novos sentidos e, assim, ter a possibilidade de produzir furos no social, o que Suzi Lagazzi (2020b) nomeia de *resistência simbólica*? Com esta pesquisa, pretendemos instalar uma *escuta discursiva* do testemunho, tal como é pensada por Mariani (2023, p. 39): “a possibilidade de uma escuta do sujeito se movimentando (e se revoltando) na sociedade, uma escuta da política dos sentidos divididos na contradição social, e em curso, em movimento na história”.

A discursivização de traumas pode ser escutada em diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2011, 2018a, 2020a), como, por exemplo, em narrativas autobiográficas, romances, quadrinhos, entrevistas, fotografias etc. Também em documentários, que vêm sendo trabalhados, em suas especificidades, por Lagazzi (2015, 2017a, 2017b, 2018b), que se debruça sobre a *deslinearização da imagem* e a análise de *cenários prototípicos* (cenários-limite, características de situações de ruptura de sentidos), e Orlandi (2012c), para quem o documentário é um *objeto memorial*, um *acontecimento discursivo*.

A título de exemplo, temos o impactante documentário *Ônibus 174* (2002), dirigido por José Padilha, que interroga o discurso dominante (da mídia, do Estado) sobre o angustiante e midiático episódio de violência urbana no Brasil: o sequestro do ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro em 2000, que culminou na morte de uma refém e do sequestrador, que era uma das vítimas e sobreviventes do Massacre da Candelária, datado de 1993, quando a polícia militar assassinou a tiros crianças e adolescentes em situação de rua. No longa, há fortes relatos que transitam, em seus efeitos, entre a naturalização e a revolta e a resistência de sujeitos em situação de vulnerabilidade àquilo que enfrentam diuturnamente: a fome, a miséria, a discriminação, a morte.

Podemos mencionar ainda os documentários *Memórias rompidas – um ano depois da lama* (2016), produzido por Tatiane Fontes; *Lama seca* (2020), dirigido por Eduardo Savanachi, Juliana Ribeiro e Murillo Constantino; *O vazio que atravessa* (2021), produzido e dirigido por Fernando Moreira; e *Boate Kiss – a tragédia de Santa Maria* (2023), dirigido por Marcelo Canellas. Em linhas gerais, o primeiro trata do rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Mariana, município de Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015. O rompimento da barragem de “Fundão”, como era denominada, provocou a morte de 19 pessoas. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), é o desastre industrial de maior impacto ambiental da história brasileira, provocando, além de mortes, graves danos sociais e econômicos para a população que vive na região (MPF, s.d.). Da mesma forma, o segundo e o terceiro documentários tratam do rompimento de uma barragem em Minas Gerais, a barragem da Mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. O “Desastre da Vale” vitimou 272 pessoas, sendo considerado por especialistas e o Tribunal Regional do trabalho da 3ª Região (TRT-MG, 2020) o maior acidente de trabalho da história do Brasil, e o segundo maior desastre ambiental, precedido apenas pelo rompimento da barragem de “Fundão”, como já foi mencionado. Por sua vez, o quarto documentário tematiza o incêndio na boate Kiss, localizada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Na madrugada de 27 de janeiro de 2013, o incêndio provocou a morte de 242 pessoas e feriu outras 636. É apontado como a segunda maior tragédia do Brasil em número de vítimas em um incêndio, superado apenas pelo incêndio do Gran Circus Norte-Americano, ocorrido em 17 de dezembro de 1961, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, que deixou 503 pessoas mortas e 800 feridos.

Apreendendo o testemunho como da ordem da singularidade do memorável, as análises de Mariani levaram-na a distinguir dois tipos de testemunhos: *de resistência* e *de revolta*. Em suas palavras, os primeiros são:

queles que, com dizeres possíveis, lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas. Testemunhos que retornam ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência. São testemunhos que lutam por justiça social, repetem à exaustão denúncias cometidas pelo Estado ou por familiares. São sujeitos que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem (Mariani, 2021, p. 20).

Eles são públicos, isto é, foram escritos, publicados, gravados etc. na “temporalidade do só-depois, quando se tenta dar sentido ao sem sentido vivenciado, quando o sujeito tenta dizer o indizível da morte” (Mariani, 2021, p. 21). Podemos mencionar, por exemplo, os relatos autobiográficos de Primo Levi em *É isto um homem?* (1947); *A trégua* (1963); *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986), para ficarmos apenas em três de suas obras. Ele dedicou sua vida pós-campo de concentração ao testemunho e, por isso, concedeu inúmeras entrevistas, escreveu poemas, contos, novelas, cartas etc.

No prefácio de *É isto um homem?*, publicado originalmente em 1947, dois anos depois de ser libertado do campo de concentração de Auschwitz, o maior de todos aqueles criados pelo regime nazista, Primo Levi, um dos poucos sobreviventes, afirma o caráter necessário e emergencial do testemunho para ele, em consonância com a definição geral de testemunho formulada por Mariani (2021). Em suas palavras,

- 1) **A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares.** O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu **caráter fragmentário**: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por **ordem de urgência**. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente (Levi, [1947] 1988, p. 8, grifos nossos).

Atrelada a essa “ordem de urgência”, na sequência discursiva acima, é importante destacar que a formulação do memorável do testemunho (Mariani, 2021), pelo sujeito testemunha, não obedece a uma ordem cronológica. Mesmo que o relato, no livro, siga uma ordem cronológica dos fatos, dia após dia, a rememoração tem uma outra “ordem”: a urgência, o peso da materialidade daquilo que foi vivido. Além disso, ao projetar-se no lugar de testemunha, com o imaginário discursivo que o atravessa constitutivamente, Primo Levi produz os gestos de interpretação dos acontecimentos em um só-depois, para fins públicos, o que condiz com a definição de testemunho de resistência proposta por Mariani (2021). Ele se coloca entre aqueles que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem para que a violência que lhes foi imposta não seja esquecida e/ou repetida.

O testemunho de Primo Levi atesta também que trabalhar com o testemunho é, nas palavras de Mariani (2021, p. 41), lidar com “relatos de violência, de acontecimentos extremos que provocam ou demarcam o rompimento com o pacto civilizatório. Relatos que tentam circunscrever o incompreensível na história, um incompreensível para o qual não há palavras”. A impotência de tudo dizer e de tudo lembrar no confronto com a possibilidade mesma de dizer e lembrar é também apontada por Agamben ([1998] 2008) como parte do funcionamento do testemunho. Para Primo Levi,

- 2) **Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação do homem.** Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá pra imaginar. **Nada mais é nosso:** tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; **se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não compreenderão.** Roubarão também nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (Levi, [1947] 1988, p. 32, grifos nossos).

Nessa perspectiva, como bem demonstram os excertos (1) e (2), um dos efeitos de sentido produzidos por/em *É isto um homem?* é de alguém que tem urgência e necessidade de narrar e descrever, de forma mais apurada possível, aquilo que viveu. Rememoram-se, por exemplo, as datas dos primeiros dias de prisão, o número de pessoas em cada vagão do trem, a duração cronológica de acontecimentos etc. Primo Levi coloca-se numa posição de legitimidade para testemunhar a violência que lhe foi imposta. Porém, em *Os afogados e os sobreviventes*, publicado em 1986, quatro décadas depois de *É isto um homem?* (1947), ele se inscreve diferentemente na memória discursiva ao produzir um ensaio sobre esse mesmo período de sua vida. Nesse momento, ele reflete (e questiona, inclusive) sobre a posição-sujeito de testemunha. Em suas palavras,

- 3) **Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas muitos anos depois. Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os ‘mulçumanos’, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção.** [...]

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só o nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso ‘em nome de terceiros’, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. **Falamos nós em lugar deles, por delegação** (Levi, [1986] 2024, p. 66-67, grifos nossos).

Nessa sequência discursiva, excerto (3), é possível observar o sentimento de culpa, também já constatado por Agamben ([1998] 2008, p. 146). No caso de Primo Levi, ele passa a distinguir, sem estabelecer uma demarcação estrita, uma diferença entre a posição-sujeito de sobrevivente e a posição-sujeito de testemunha. Em sua reflexão, as verdadeiras testemunhas são aquelas que não sobreviveram e, por isso, os sobreviventes (se) ocupariam apenas “por delegação” dessa posição. No entanto, em suas próprias palavras, não são as “autênticas testemunhas” ou “testemunhas integrais”.

Depois dessa rápida análise de sequências discursivas do testemunho de Primo Levi, que, de acordo com a distinção de Mariani (2021), se configura como um testemunho de resistência, passemos agora à definição dos *testemunhos de revolta*. Para a autora, eles são:

Aqueles que se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido. Os testemunhos de revolta são flagrados no cotidiano. São discursividades em que não é preciso um ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito. A revolta se impõe ao sujeito. Os testemunhos de revolta se discursivizam na forma de gritos que não ficam calados, mas que rasgam o ar como acontecimento real no sujeito, um acontecimento do dizer que emerge na estrutura. Nos testemunhos de revolta, o inesperado do pensamento comparece para o sujeito, fazendo-o enunciar o sentido silenciado do que fora recalcado, de uma ideia recalcada (Mariani, 2021, p. 21).

Resumidamente, enquanto os testemunhos de resistência são formulados em um só-depois do acontecimento vivido, para que não haja um esquecimento e/ou um silenciamento das vozes das vítimas, circunscrevendo-se na fórmula *eu estava lá* (Ricoeur, [2000] 2007), os testemunhos de revolta emergem no próprio acontecimento, inesperadamente, o que poderíamos definir com a fórmula *eu estou aqui*. Por isso, Mariani propõe o trabalho com a noção de *grãos de enunciação*, definindo-a como “gestos singulares que, nos processos de produção de sentidos no cotidiano, dão forma e substância a modos de fazer resistência ainda não totalmente estruturados” (Mariani, 2021, p. 155). Para a autora, esses gestos têm materialidades diversas, como, por exemplo, bater painéis, gritos, instrumentos sendo tocados, projeção de imagens em paredes, que “significam em posições sujeito contraidentificadas à instância de poder” (Mariani, 2021, p. 155).

Mariani (2021) cita, como exemplo de testemunho de revolta, o fato de a jogadora de vôlei de praia Carol Solberg, no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19 e o governo (genocida) de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, ter gritado “Fora, Bolsonaro”, ao ser entrevistada ao vivo pelo canal SportTV ao fim da cerimônia de premiação da primeira etapa do Circuito Brasileiro de vôlei de praia, em Saquarema (RJ). Mariani mostra que o testemunho de revolta de Carol, formulado no aqui-agora, não é tão bem estruturado como o testemunho de resistência, formulado num só-depois. Diante da polêmica que foi instaurada pelo grito, que é um gesto de interpretação, a jogadora foi repreendida pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), que emitiu uma nota condenando o grito (necessário e urgente!) de Carol.

Por sua vez, em seu perfil no Instagram, a jogadora declarou que não havia planejado o “Fora, Bolsonaro” e ressaltou:

- 4) O meu grito é pelo Pantanal que arde em chamas em sua maior queimada já registrada e continua a arder sem nenhum plano emergencial do governo. Pela Amazônia, que registra recordes de focos de incêndios. Pela política covarde contra os povos indígenas. Por acreditar que tantas mortes poderiam ter sido evitadas durante a atual pandemia se não houvesse descaso de autoridades e falta de respeito à ciência. Por ver um governo com desprezo total pela educação e cultura. Por ver cada dia mais os negros sendo assassinados e sem as mesmas oportunidades. Por termos um presidente que tem coragem de dizer que ‘o racismo é algo raro no Brasil’. São muitos absurdos e mentiras que nos acostumamos a ouvir, dia após dia. Não posso entrar em quadra como se isso tudo me fosse alheio. Falei porque acredito na voz de cada um de nós (Solberg, 2020).

A sequência discursiva acima demonstra que os testemunhos de revolta são flagrados no cotidiano: não é preciso ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito; propaga-se no calor da historicidade, como bem argumenta Mariani (2021).

No entanto, alguns testemunhos têm nos direcionado para uma reflexão sobre os limites da categorização dos testemunhos de resistência e de revolta. Exemplo disso é o testemunho de Frei Betto no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Na introdução do livro *Cartas da prisão*, definido pelo autor como “um documento histórico” (Betto, 2017, p. 12), que reúne cartas de sua autoria entre 1969 e 1973, enquanto ele esteve encarcerado, afirma que “A resistência mais significativa veio do movimento estudantil. Implicou manifestações de rua, passeatas, panfletagem, pichações e também ações armadas, praticadas por grupos guerrilheiros” (Betto, 2017, p. 11). Um grupo de estudantes da Ordem Dominicana, em São

Paulo, aderiu ao movimento de resistência, atuando junto àqueles da linha de frente como a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo.

Estudante de Teologia em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Frei Betto foi preso em Porto Alegre em 9 de novembro de 1969. Em suas palavras, a sua “atuação revolucionária consistia, principalmente, em facilitar a fuga de perseguidos políticos pelas fronteiras do Brasil com Uruguai e Argentina” (Betto, 2017, p. 11-12). De acordo com Frei Betto, diferentemente de Primo Levi, que se projetou na posição-sujeito testemunha para divulgar os horrores dos campos de concentração,

- 5) **Não escrevi estas cartas no intuito de publicá-las nem cuidei de tirar cópias.** O trabalho de coletá-las entre os destinatários demandou esforços e nem sempre foi coroado com êxito. Sob ditadura, muitas foram lidas e destruídas. Felizmente, recuperei a maioria, sobretudo as remetidas à família, amigos e religiosos. [...] Retrata as duras provações a que foram submetidos os presos políticos, bem como as lutas de resistência travadas dentro da prisão. **Algumas dessas não passaram pela censura carcerária, como se exigia. Saíram por vias clandestinas, colocando em risco seus portadores.** Esta é a razão pela qual nem todos os destinatários estão identificados: alguns preferem permanecer no anonimato (Betto, 2017, p. 12, grifos nossos).

As cartas escritas por Frei Betto tinham efeito-leitor (familiares, amigos etc.) e destinatários empíricos específicos. Por isso, alguns nomes mencionados nas cartas formuladas para determinados sujeitos foram suprimidos, quando da publicação do livro. Isso é visto, por exemplo, na carta abaixo, escrita à sua amiga de longa data Maria Christina de Assis Fonseca, de Belo Horizonte.

- 6) Presídio Tiradentes, domingo, 22 de fevereiro de 1970
Christina,

Hoje é domingo, chuvoso e triste. Cinquenta presos se acomodam como podem pela cela. Muitos dormem no chão, sobre colchões; não há mais espaço para camas. O silêncio reflete o clima úmido desse dia cinza. Não é um silêncio de calma, de paz interior. É quase uma sufocação. Tantos juntos e poucos falam. Alguns talvez gostassem de gritar bem alto. Mas engole esse desejo e aguarda. O quê? Não sei, ninguém sabe. Na prisão sempre se aguarda. É como a plataforma de uma estação sem trem e trilhos.

É um silêncio triste, de alguém que, sentindo-se provocado, resiste, acumula forças para uma investida posterior. Sentimos nossa impotência. Nada a fazer, ninguém pode ajudar. Não é fôss, porque não chegamos ao desânimo. Nem ódio, pois não há desespero. Talvez raiva, uma raiva muda, paciente, diante desse labirinto do absurdo que se nos apresenta.

O que pensavam judeus e comunistas trancados em campos de extermínio, sabendo que a qualquer momento morreriam na câmara de gás? Talvez não pensassem nada, como muitos aqui agora. Talvez só ficassem calados, surdos, à espera (não da morte ou do milagre de escapar, mas só à espera), incapazes de raciocinar o irracional ou sentir medo perante o inevitável. Medo se sente quando a situação é evitável. Quando se sabe que nada depende de nós, e o medo já não significa resistência, então restam o silêncio e a espera.

[...] Ele estava bem, alegre, tranquilo, recuperado do que havia sofrido no Deops. Estava bem como todos nós, livres da fase de interrogatórios. Pouco implicado, aguar-

dava o momento de o colocarem em liberdade. Mas veio o Doi-Codi e o levou. Isso há pouco mais de uma semana. Por quê? Ninguém soube responder, nem ele mesmo na hora de sair. Esperávamos a sua volta para o dia seguinte. Não voltou. Passaram-se os dias e ele foi ficando. Ficando naquele lugar que os próprios militares chamam de ‘sucursal do inferno’.

Hoje, soubemos que frei Tito de Alencar Lima ‘tentou suicídio’ no Doi-Codi... Levado ao Hospital Militar, recebeu transfusões de sangue, mas continua incomunicável. Ninguém consegue visitá-lo, nem ao menos saber o que se passa exatamente com ele. O núncio apostólico, dom Umberto Mozzoni, que nos visitou ontem, tentou vê-lo e foi barrado.

Por isso estamos em silêncio. Amanhã mesmo pode ocorrer com qualquer um de nós. Não temos nenhuma proteção ou garantia. Como judeus e comunistas condenados pelo nazismo. Os tempos mudam, a maldade perdura, a opressão recebe novos nomes e novas formas. Nosso silêncio é o mesmo de Maria diante de seu Filho (Betto, [1970] 2017, p. 27-28).

O testemunho de Frei Betto, à luz da definição de Mariani (2021), circunscrever-se-ia no rol de testemunhos de revolta, uma vez que não foi pensado para publicação e, além disso, as cartas foram escritas enquanto ele estava encarcerado: no aqui-agora. Porém, a sua posterior coleta e publicação apontam na mesma direção de Primo Levi:

- 7) **Espero que estas cartas permitam, sobretudo às novas gerações, uma visão contundente e realista do que significou a luta de jovens brasileiros pela queda da ditadura e pela redemocratização do país. Resgatar no presente o passado é a melhor forma de manter viva a memória das vítimas e impedir que tais atrocidades se repitam no futuro** (Betto, 2017, p. 13, grifos nossos).

Há, pois, regularidades no funcionamento discursivo do testemunho de Primo Levi, formulado num só-depois, com a projeção do sujeito na posição de testemunha, e de Frei Betto, que escreveu cartas com destinatários específicos sem ter como efeito-leitor a sociedade em geral. Ela, a sociedade em geral, torna-se interlocutor de Frei Betto apenas depois de sua libertação e término da Ditadura Militar. Se um dos gestos de interpretação das cartas quando foram redigidas era dar notícia a familiares e amigos, o gesto de interpretação que adquire ao serem publicadas é o de serem monumentos de revolta e de resistência. Por isso, tem interessado, em nossos trabalhos atuais, (re)discutir os limites entre a resistência e a revolta, que têm se mostrado como moventes, fluidos e em constatare tensão com o discurso e a memória hegemônicos. Isso tendo em vista a incompletude constitutiva do sujeito, do discurso e do sentido; a relação entre o acontecimento traumático e o interdiscurso/memória discursiva; os efeitos de revolta e de resistência que podem se instalar nas falhas do processo de interpelação do sujeito pela ideologia; e as especificidades da formulação e circulação dos efeitos de sentido do testemunho por sujeitos que, repentinamente, foram vítimas de acontecimentos traumáticos.

4 Em busca de um efeito de fechamento

Em Análise de Discurso, afirmamos, reiteradamente, que a *incompletude* é marca constitutiva de todo e qualquer discurso e, assim, que os sentidos não têm uma origem assinalável nem um término definitivo: estão sempre em (dis)curso. Mesmo que busquemos a produção de um (efeito de) fecho para este texto, tal como um ferrolho, o gesto de repetir (abrir e fechar uma janela, por exemplo) supõe o de deslizar: movimento. Abertura. Portanto, nestas últimas linhas, reassumimos aquilo que já dissemos: mesmo que nem tudo possa ser dito pela língua(gem), nem tudo possa ser lembrado de um acontecimento traumático, em nossa conjuntura atual, urge a análise e a compreensão desses dizeres (de testemunho), considerando as guerras em curso, os genocídios e as catástrofes de diferentes naturezas que afligem os sujeitos, incessantemente. Interessa-nos, portanto, a compreensão dos processos de significação do dizer(-se) de sujeitos que se defrontam, de um lado, com a tênue fronteira do (in) dizível e do (ine)narrável e, de outro, com a “necessidade” e a “urgência” de dizer sobre o acontecimento para que ele não se repita nem seja “absorvido na memória [oficial(izada)], como se não tivesse ocorrido” (Pêcheux, [1983] 2010b, p. 50).

Referências

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, [1998] 2008.
- ALMEIDA, A. Notas para tematizar o (ine)narrável e o (in)dizível do testemunho de sobreviventes na aula de português. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, A. B. de; OLIVEIRA, D. C. de; ROCHA, B. B. da; IVANICKSKA, R. F. (org.). *Educação e ensino na contemporaneidade: velhas marcas em novos formatos*. Itapiranga: Schreiben, 2023. p. 94-105.
- ALMEIDA, A. Sentidos da resistência: o discurso testemunhal no espaço digital. In: XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 2023, Recife. *Anais do XI SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Recife: UFPE, 2023. p. 1-6.
- BETTO, F. *Cartas da prisão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CONTE, B. S. Testemunho: reparação do trauma é possível? In: SIGMUND, Freud Associação Psicanalítica (org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 83-92.
- COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.
- FELMAN, S.; LAUB, D. *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history*. New York: Routledge, 1992.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. 2. ed. Campinas: RG, [1981] 2010.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 1-6, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55604>.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Pontes, [1986] 2010. p. 161-183.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. “O caso Fiszbin”: um exemplo de resistência. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016. p. 121-147.

HARTMAN, G. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Catástrofe e representação*: ensaios. São Paulo: Escuta, [1994] 2000. p. 207-234.

LAGAZZI, S. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: DI RENZO, A.; MOTTA, A. L. A. R.; OLIVEIRA, T. P. (org.). *Linguagem, história e memória*: discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.

LAGAZZI, S. A imagem em curso. A memória em pauta. In: LAGAZZI, S.; TASSO, I.; CAMPOS, J. (org.). *Imagem e(m) discurso*: a formação das modalidades enunciativas. v. 8. Campinas: Pontes, 2015. p. 51-66.

LAGAZZI, S. Trajetos do sujeito na composição filmica. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *Análise de discurso em rede*: cultura e mídia. v. 3. Campinas: Pontes, 2017a. p. 23-39.

LAGAZZI, S. O significante em metáfora no movimento metonímico da falta. In: MARIANI, B.; MOREIRA, C. B.; DIAS, J. P.; BECK, M. (org.). *Indizível, ininteligível e imperceptível*: o sujeito contemporâneo e seus arquivos. Niterói: EDUFF, 2017b. p. 169-181.

LAGAZZI, S. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. (org.). *Análise de discurso e materialismos*: prática política e materialidades. v. 2. Campinas: Pontes, 2018a. p. 157-176.

LAGAZZI, S. Imagens do social em cenas prototípicas. In: SANTOS, E. (org.). *Discurso e poderes*: linguagem, teorias e análises. Salvador: EDUFBA, 2018b. p. 29-40.

LAGAZZI, S. Materialidade significativa – videoverbete. In: MARIANI, B. (org.) *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins (ENCIDIS)*. [2020a]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PCwWPejURQ>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LAGAZZI, S. Resistência simbólica – videoverbete. In: MARIANI, B. (org.) *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins (ENCIDIS)*. [2020b]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8xWY2wjiDo>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; CASTELO BRANCO, L. K. A. (org.). *Análise de discurso no Brasil*: pensando o impensável sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG, 2011. p. 401-410.

LAUB, D. Truth and testimony: the progress and the struggle. In: CARUTH, C. (ed.). *Trauma*: explorations in memory. Baltimore/London: Johns Hopkins University, 1995. p. 61-75.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Equívoco. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes, 2020. p. 87-90.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, [1947] 1988.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1986] 2024.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XIX: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001. p. 99-124.

MARIANI, B. “A impotência das palavras” e o indizível em Morte Inventada. Notas sobre alguns testemunhos. (ou primeiras notas sobre a função testemunhal). In: CAVALLARI, J. S.; BALDINI, L.; BARBAI, M. A. (org.). *Discurso e psicanálise: a-versão do sentido*. Campinas: Pontes, 2016. p. 159-173.

MARIANI, B. (In)dizível, in(dizível), in(visível): linguística, análise de discurso, psicanálise. In: Mariani, B.; Moreira, C. B.; DIAS, J. P.; BECK, M. (org.). *Indizível, ininteligível e imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói: Eduff, 2017. P. 31-47.

MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta*. Campinas: Pontes, 2021.

MARIANI, B. Uma proposta de escuta discursiva. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). *Diálogos com analistas de discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2023. p. 34-40.

MPF – Ministério Público Federal. *Caso Samarco*. [s.d]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/apresentacao>. Acesso em: 10 out. 2023.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, E. (org.). *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n. 10. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1992] 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, [1990] 2009.

ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes, [1996] 2012a.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, [2001] 2012b.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009a.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1978] 2009b. p. 269-281.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Pontes, [1969] 2010a. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2010b. p. 49-57.

- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Pontes, [1982] 2010c. p. 49-59.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2012.
- PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, v. 1, n. 4, [1984] 2014.
- PÊCHEUX, M. Questões iniciais. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1979] 2016a. p. 17-19.
- PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016b.
- PIERRON, J.-P. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, [2006] 2010.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, [2000] 2007.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, [2003] 2016.
- RUDGE, A. M. *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SALGUEIRO, W. Poesia versus barbárie – Leminski recorda Auschwitz (a lua em luto). In: SALGUEIRO, W. (org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: Edufes, 2011. p. 137-151.
- SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/22610>. Acesso em: 19 set. 2025.
- SALGUEIRO, W. *Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência*. Vitória: Edufes, 2018.
- SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, [1994] 2000. p. 73-98.
- SELIGMANN-SILVA, M. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Literatura, Memória, História: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 371-414.
- SELIGMANN-SILVA, M. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: SELIGMANN-SILVA, M. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 105-118.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- SOLBERG, C. *Instagram*. Disponível em: https://www.instagram.com/carol_solberg/?hl=pt-br. Acesso em: 19 maio 2025.
- TRT-MG. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Brumadinho um ano depois: “Todo dia é dia 25 para as vítimas”. *Portal TRT3*, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-institucionais/brumadinho-um-ano-depois-2019todo-dia-e-dia-25-para-as-vitimas2019d>. Acesso em: 10 out. 2023.